

Carveas apra a reuniao dos ministros
Economia: Brasil
Futuro Presidente
terá Cr\$ 88 trilhões
para o primeiro ano
16 SET 1984
JORNAL DO BRASIL

Brasília — Ao tomar posse em 15 de março de 1985, o próximo Presidente da República — Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, ou o Deputado Paulo Maluf, do PDS — terá de vestir, inevitavelmente, uma camisa de força, avaliada em exatamente Cr\$ 88 trilhões 872 bilhões 111 milhões. E terá de esperar nada menos que um ano para despi-la. Trata-se do orçamento da União (gastos do Governo) para o próximo ano, cuja mensagem só não foi lida até agora no Congresso devido à obstrução das sessões promovida por parlamentares de oposição.

— Tive a informação de que o orçamento privilegia o campo social — comenta o candidato Tancredo Neves, afirmando não ter estudado mais detidamente as linhas dessa incômoda camisa. — Se for assim, tudo está bem.

O Deputado Paulo Maluf não quis fazer maiores comentários sobre o orçamento de 1985, ressaltando apenas seu apoio ao Presidente Figueiredo.

— É natural que o governante deixe um orçamento pronto e, em seu início de gestão, receba também prontos os gastos.

JOGO DE CENA

Ocorre que essa conformação esbarra numa espécie de jogo de cena. Tanto Tancredo quanto Maluf gostariam de preparar o orçamento. O ex-Governador mineiro chega a ensaiar uma reação caso o texto preparado pelo Ministério do Planejamento não agrade. E faz uma curiosa afirmação:

— Temos força, dispoño de nossos parlamentares, para alterar os gastos de cada ministério, de cada função, transferindo recursos.

Curioso porque esse tipo de movimento, de acordo com o Artigo 65 da Constituição, é rigorosamente proibido. “Não é possível, na verdade, fazer nada. A não ser aprovar”, lamenta o assessor legislativo para assuntos orçamentários, Luiz Vasconcelos, há 30 anos atuando nessa função — desde quando havia no Congresso uma poderosa comissão orçamentária, capaz de alterar integralmente o orçamento enviado pelo Governo, aumentando até mesmo as despesas.

de Contas da União. “O aparelho estatal cresceu. Precisariam também crescer”, lamenta o presidente do TCU, Mário Pacini. Sua instituição abocanhava 0,4% dos recursos totais, Cr\$ 32 bilhões 200 milhões.

A diferença é, realmente, espantosa. O Executivo terá para o próximo ano exatamente Cr\$ 81 trilhões 533 bilhões 353 milhões. Entre os Ministérios, beneficiou-se a Pasta da Educação e Cultura, com quase Cr\$ 5 trilhões, o que significa 6,06% do orçamento. Foi um bom avanço: esse mesmo Ministério tinha 4,86% em 1981; 5,32% em 1982; 5,96% em 1983; e 5,82% em 1984.

Em segundo lugar, vem o Ministério da Aeronáutica, com Cr\$ 3 trilhões 177 bilhões 449 (3,86% do orçamento). Em terceiro lugar, está a Previdência Social, com Cr\$ 2 trilhões 977 bilhões 654. Em quarto, ficou o Ministério do Exército, com cerca de Cr\$ 1 trilhão 900 bilhões e, em quinto, o Ministério da Agricultura, com Cr\$ 1 trilhão 765 bilhões. O último lugar é do Ministério do Trabalho, com Cr\$ 244 bilhões 250.

INCONSTITUCIONALIDADE

Por isso, Tancredo ressaltou que o orçamento tinha um aspecto social “elogiável”. Seja como for, durante as discussões da mensagem, espera-se um fato inédito: o Senador João Calmon (PMDB-ES) pretende anular a proposta do Governo, apontando sua “inconstitucionalidade” — isso porque conseguiu aprovar, em fins de 1983, uma emenda obrigando os orçamentos a destinar 12% do total dos recursos à educação. E não aceita a explicação dada, há tempos, pelo Ministro Delfim Neto, de que, na verdade, a educação não era apenas o ministério. “Cultura deve ser separada”, protesta Calmon que, entretanto, sabe das dificuldades de sua iniciativa.

Boa ou ruim, essa relação de gastos não chega a exasperar os candidatos. Afinal, existem outros orçamentos, aliás, mais vultuosos, que nem chegam a passar pelo congresso. São os orçamentos monetários e das estatais — dois fatores inflacionários, pois provocam emissão de moeda para sustentar, por

— Agora não. Existe a possibilidade de o plenário do Congresso, por voto de dois terços de seus integrantes, vetarem o orçamento. Mas isso nunca foi feito.

JUDICIÁRIO

O Supremo Tribunal Federal ao receber, para 1985, Cr\$ 11 bilhões fica na “lanterna”, com 0,01% dos recursos. Ao todo, o Poder Judiciário recebe apenas 0,42%, representando um total de Cr\$ 349 bilhões 923 milhões.

O Legislativo não fica muito além, recebendo, segundo as estimativas de receita (impostos que serão arrecadados), Cr\$ 433 bilhões 23 milhões 100 mil. Esse dinheiro será para a Câmara, o Senado e o Tribunal

exemplo, os subsídios a setores econômicos. “Isso tem de ser concertado”, pede o candidato Paulo Maluf, defendendo uma unificação dos orçamentos. “Seria um avanço realmente democrático”, costuma repetir o Senador Roberto Campos (PDS-MT).

E tanto Tancredo quanto Maluf afirmam que caberá ao Congresso estudar e votar, com mais prerrogativas, os gastos do Governo — uma forma de evitar que os orçamentos não sejam claros. “Agora”, diz o Senador Itamar Franco, do PMDB mineiro, “ninguém sabe, nem o Governo, o que é exatamente utilizado, e para onde vai o dinheiro”.

GILBERTO DIMENSTRIN